



TRT - SC
Analista Judiciário - Área Administrativa

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	47

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	21

LEGISLAÇÃO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	19

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	21

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	21

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

SUMÁRIO



GESTÃO DE PESSOAS

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	22

SUMÁRIO



1. FCC - ARE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Atenção: Leia o texto a seguir para responder à questão.

Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro

A partir de uma definição da antropóloga Nina Friedemann em “Comunidades negras: refúgios de africanias na Colômbia”, podemos entender africanias como a bagagem cultural submersa no inconsciente iconográfico dos negroafricanos entrados no Brasil em escravidão, que se faz perceptível na língua, na música, na dança, na religião, no modo de ser e de ver o mundo, e que, no decorrer dos séculos, como forma de resistência e de continuidade na opressão, transformou-se e converteu-se em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que nos identifica como brasileiros.

São essas matrizes que, na década de 1930, o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990), em sua monografia sobre A influência africana no português do Brasil, trata de pontuar na formação da modalidade da língua portuguesa no Brasil, em nossas tradições orais e na literatura brasileira.

Em 1933, a 1ª edição foi publicada pela Gráfica Sauer com prefácio de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial. Em 1935, sai a 2ª edição pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasileira, ilustrada com mapas e fotografias e aumentada em dois capítulos, um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira. Também de caráter inovador são os mapas toponímicos com localidades designadas por nomes africanos no Brasil, da autoria do geógrafo Carlos Marie Cantão, que vêm em addendum, ao final do livro. A 3ª edição, de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973, a 2ª edição é republicada pela Civilização Brasileira.

Ao lado de Jacques Raimundo, que coincidentemente publicou, pela Renascença, em 1933, O elemento afro-negro na língua portuguesa, a obra de Renato Mendonça é um estudo de referência obrigatória nessa importante área de pesquisa, cuja repercussão científica corresponde a menos do que seu valor real, em razão da tendência de esse conhecimento ser considerado, por linguistas e filólogos, mais como objeto de pesquisa dos africanistas e dos especialistas em estudos “afro-brasileiros” – assim denominados como uma palavra composta de acordo com a grafia consagrada e recomendada pelo recente acordo ortográfico. Neste contexto, separado por um traço de união em lugar simplesmente de se escrever afrobrasileiros, o termo afro, tratado como um prefixo, reflete de maneira subliminar aquela tendência. Destaca-se como se fosse um aparte eventual no processo e não a parte afrobrasileira inscrita em nossa identidade cultural e linguística.

Dentro desse plano de entendimento, Renato Mendonça coloca e avalia a interferência que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados, no decorrer de três séculos consecutivos, imprimiram naquela língua portuguesa que eles foram obrigados a falar como segunda língua no Brasil. Ao mesmo tempo, Mendonça enriquece e alarga suas análises baseado em uma bibliografia ainda hoje consistente e de grande valia para os estudos atuais sobre a história e a etnografia africanas e suas línguas, principalmente sobre as que foram faladas no Brasil, as quais ele adequadamente chama de negroafricanas.

(Adaptado de: CASTRO, Yeda Pessoa de. Prefácio – Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro. In: Mendonça, Renato. A influência africana no Português do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 15-16)

Observações:

1.ADDENDUM: ADENDO, APÊNDICE.

Considerando a ortografia padrão é correto afirmar:



1. FCC - Ana (COPERGÁS)/COPERGÁS/Administrador/2023

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Havia um certo número natural N escrito na lousa. O algarismo das unidades de N foi apagado, restando na lousa um número K. Se $N - K = 2022$, então, K é igual a

- (A) 224.
- (B) 242.
- (C) 264.
- (D) 282.
- (E) 284.

2. FCC - ANA PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

$$\begin{array}{r} \square + \square = 15 \\ + \quad + \\ \square - \square = 2 \\ \parallel \quad \parallel \\ 17 \quad 16 \end{array}$$

Carlos deve preencher com números os quatro retângulos de modo a tornar todas as sentenças verdadeiras.

A soma dos valores a serem preenchidos é:

- (A) 34
- (B) 32
- (C) 31
- (D) 33
- (E) 35

3. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em uma prova com 20 questões de múltipla escolha, uma questão certa vale 7 pontos, uma questão errada vale -2 pontos e uma questão em branco vale 0 ponto. Clara fez 87 pontos nessa prova. O número de questões que Clara deixou em branco é:

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 7
- (D) 6



1. FCC - AJ TRT17/TRT 17/Judiciária/"Sem Especialidade"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Disposições Preliminares e Abrangência (arts. 1º a 4º da Lei nº 8.112/1990)

A Lei nº 8.112/1990 estabelece que o *conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor é denominado*

- (A) função.
- (B) comissionamento.
- (C) cargo público.
- (D) prestação de serviço público.
- (E) provimento.

2. FCC - AJ TRT17/TRT 17/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Disposições Preliminares e Abrangência (arts. 1º a 4º da Lei nº 8.112/1990)

Para os efeitos da Lei nº 8.112/1990 "*a pessoa legalmente investida em cargo público*" é denominada

- (A) agente público.
- (B) servidor.
- (C) ocupante de cargo público.
- (D) funcionário público em exercício.
- (E) titular de cargo público.

3. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2023

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

Considere o seguinte histórico, referente a servidor no mesmo município:

- data da publicação do ato de provimento: 10/3/2022.
- data da posse: 20/3/2022.
- data da entrada em exercício: 30/5/2022.

Nos termos constantes da Lei nº 8.112/1990, há ilegalidade, uma vez que

- (A) a data da posse não tem como referência a data da publicação do ato de provimento.
- (B) a posse deve ocorrer no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento.
- (C) a posse e a entrada em exercício devem ocorrer na mesma data.
- (D) a entrada em exercício independe da data da posse.
- (E) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

4. FCC - TJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/AGENTE DE POLICIA JUDICIAL/2023

Assunto: Direito Administrativo - Formas de Provimento (arts. 5º a 32 da Lei nº 8.112/1990)

A Lei nº 8.112/1990 estabelece que, ao entrar em exercício, a aptidão e a capacidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Essa avaliação é definida como

- (A) exercício de cargo probatório.
- (B) interstício probatório.
- (C) tempo probatório.



1. FCC - DP (DPE AP)/DPE AP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Aplicação das Normas Constitucionais no Tempo (recepção, repristinação, desconstitucionalização)

Considerando o tema processo legislativo, a manutenção em vigor de Constituição anterior que, porém, perde a sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum é conhecida como

- (A) desidratação constitucional.
- (B) repristinação.
- (C) recepção.
- (D) desclassificação constitucional.
- (E) desconstitucionalização.

2. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

- (A) erradicar as desigualdades sociais e regionais.
- (B) reduzir a pobreza e a marginalização.
- (C) garantir o desenvolvimento nacional e internacional.
- (D) assegurar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (E) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

3. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. permitir a livre manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Está correto o que consta de

- (A) I e III, apenas
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

4. FCC - TM (MPE PB)/MPE PB/SEM ESPECIALIDADE/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em fevereiro de 2023, a Assembleia-Geral da ONU adotou uma resolução que pede o fim da guerra na Ucrânia, ressaltando as consequências humanitárias do conflito, bem como propugnando a retirada das tropas russas do território ucraniano e que a comunidade internacional busque formas de mediar a paz. O voto brasileiro foi favorável à resolução da ONU, o que está de acordo com a Constituição Federal, segundo a qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios de



1. FCC - SOLD (PM BA)/PM BA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Em virtude do princípio constitucional da legalidade que rege a Administração Pública,

- (A) ao administrador faculta-se atuar sem previsão legal, pautando-se apenas pela sua vontade pessoal.
- (B) age licitamente o administrador que atuar em conformidade com o que estiver previsto no ordenamento jurídico.
- (C) o interesse do particular se sobrepõe ao interesse da Administração quando contrariá-lo.
- (D) pode o administrador emitir, em benefício pessoal, orientação colidente com aquela estabelecida previamente no ordenamento jurídico, mediante justificativa expressa, em processo administrativo.
- (E) a apuração e avaliação da conduta do agente público será delegada ao particular, pois este detém maior capacidade técnica.

2. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

- (A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.
- (B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.
- (C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.
- (D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.
- (E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

3. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da

- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



Noções de Administração Pública

1. FCC - Ana (COPERGÁS)/COPERGÁS/Administrador/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Organização (Introdução à Administração)

O quadro a seguir apresenta as metáforas das organizações e breves definições.

Metáfora	Breve definição sobre como as organizações são vistas
I. Máquinas	a. Fontes de poder para controlar processos decisórios, lidar com incertezas e administrar as relações entre gêneros.
II. Organismos	b. Sistemas racionais que operam de maneira tão eficiente quanto possível.
III. Cérebros	c. Sistemas abertos nos quais seus empregados contribuem de formas variadas por meio de oportunidades apropriadas.
IV. Culturas	d. Pequenas sociedades com seus próprios padrões distintos de crenças e significados compartilhados.
V. Sistemas políticos	e. Um reflexo da capacidade de processamento de informações.

A correta correlação entre as colunas está expressa em:

- (A) I-b; II-a; III-e; IV-c; V-d.
- (B) I-e; II-b; III-d; IV-a; V-c.
- (C) I-c; II-b; III-a; IV-e; V-d.
- (D) I-b; II-c; III-e; IV-d; V-a.
- (E) I-d; II-c; III-b; IV-a; V-e.

2. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

As funções administrativas que envolvem, respectivamente, o estabelecimento da estrutura formal de autoridade e a análise da forma como a unidade de informação está operando são as de

- (A) organização e comando.
- (B) planejamento e controle.
- (C) organização e controle.
- (D) coordenação e comando.
- (E) planejamento e coordenação.

3. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Administração Geral e Pública - Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação no âmbito de uma organização constitui uma das funções inerentes à atuação do administrador, podendo ser exercida por meio de diferentes formas.

Nesse contexto, o mecanismo denominado ajuste espontâneo



1. FCC - TJ TRT4/TRT 4/Administrativa/"Sem Especialidade"/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Princípios Orçamentários

A respeito dos princípios aplicáveis ao Orçamento Público,

(A) o Plano Plurianual constitui uma exceção ao princípio da anualidade, eis que contempla créditos orçamentários com vigência para dois exercícios, prorrogável por igual período.

(B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é expressão do princípio da unicidade, eis que editada conjuntamente com a Lei Orçamentária Anual (LOA), integrando-a como anexo obrigatório.

(C) em observância ao princípio da especificação, são vedadas dotações genéricas ou globais, o que não afasta a previsão na Lei Orçamentária de reserva de contingência, consistente em um percentual sobre a receita corrente líquida.

(D) o princípio do equilíbrio veda a possibilidade de encerramento da execução anual com déficit orçamentário ou financeiro, obrigando, em tal situação, a abertura de créditos extraordinários.

(E) o princípio da anualidade impede que as despesas empenhadas e liquidadas em um exercício sejam pagas em exercício subsequente na forma de restos a pagar, os quais devem ser cancelados até o primeiro quadrimestre do exercício subsequente.

2. FCC - AFTE (SEFAZ PE)/SEFAZ PE/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Princípios Orçamentários

São princípios orçamentários específicos ou setoriais:

(A) legalidade orçamentária, exclusividade, universalidade e sinceridade orçamentária.

(B) vinculação de receitas, sinceridade orçamentária, exclusividade e transparência.

(C) legalidade orçamentária, exclusividade, vinculação de receitas e transparência.

(D) federalismo, unidade, universalidade e sustentabilidade orçamentária.

(E) sinceridade orçamentária, federalismo, legalidade orçamentária e anualidade.

3. FCC - AJ TRT14/TRT 14/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Princípios Orçamentários

Nos termos previstos na Lei nº 4.320/1964, a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, destinadas

(A) à celebração de convênios com outros entes públicos.

(B) a atender a insuficiência de caixa.

(C) à celebração de parcerias com entidades da iniciativa privada sem fins lucrativos.

(D) à criação de autarquias ou fundações públicas.

(E) a custear a realização de concursos públicos para provimentos de cargos efetivos.

4. FCC - AJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022

Assunto: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Princípios Orçamentários

O princípio do orçamento bruto determina a inclusão de receitas e despesas

(A) sem deduções ou compensações.

(B) a cada exercício fiscal novamente na Lei Orçamentária.

(C) todos em uma única Lei Orçamentária Anual.



1. FCC - APOG (Pref Recife)/Pref Recife/2019

Assunto: Administração Geral e Pública - Planejamento e Estratégia no Setor Público

Para que as políticas públicas alcancem seus objetivos em uma sociedade é preciso: sujeitos políticos com capacidade para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, além de negociar de forma democrática com os diferentes sujeitos envolvidos no processo. Envolve habilidades para gerenciar complexidades e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo. Nesse sentido, a eficácia das políticas públicas depende

- (A) da ampla divulgação de tudo que diz respeito à Administração pública, buscando a imparcialidade e a neutralidade, sempre no interesse da coletividade.
- (B) de padrões éticos como a lealdade, a honestidade, a boa fé e a probidade, que representam os valores materiais eleitos pela própria sociedade.
- (C) dos sistemas ou subprocessos da implementação, quais sejam: gerencial, decisório, logísticos e operacionais, bem como dos processos de divulgação, informação, seleção e capacitação.
- (D) da relação imediata entre quantidades e/ou os níveis de qualidade com que se atingem os impactos e efeitos esperados.
- (E) do grau de eficiência da gestão, que implica não apenas a qualidade dos gestores para exercer seu ofício público, mas também um ambiente de atuação que favoreça a governança democrática e a responsabilização política

2. FCC - AJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Uma organização dotada de uma estrutura do tipo matricial possui como característica a existência de órgãos

- (A) dotados de autonomia executiva, porém sem autonomia para apuração de resultados, esta que somente está presente na estrutura funcional.
- (B) de existência limitada no tempo, vinculada a projetos, além dos órgãos de apoio funcional, estes últimos de natureza permanente.
- (C) centrais, responsáveis pela execução de projetos e dotados de natureza permanente, e os de assessoramento, que possuem natureza transitória.
- (D) alocados na estrutura sob o critério de departamentalização funcional por produtos, sem especialização de atribuições.
- (E) sujeitos a uma administração centralizada, dotados de baixa autonomia, ao contrário da estrutura divisional na qual operam como centros de resultados.

3. FCC - ANA (TJ SC)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Considere:

I.A organização que implementa os departamentos de recursos humanos, jurídico e de finanças para o seu funcionamento, adota o critério de departamentalização funcional.

II.A estrutura de uma organização será horizontal quando estiver assentada em diversos e bem delimitados níveis hierárquicos.